

MUITO PRAZER, SOU LINGUISTA POR QUE TODO PROFESSOR DE PORTUGUÊS DEVE SER UM LINGUISTA?

PLEASED TO MEET YOU, I AM A LINGUIST WHY SHOULD ALL TEACHERS OF PORTUGUESE BE A LINGUIST?

Bruno de Andrade Rodrigues*

***Resumo:** Todo professor de português deve ser um linguista. Esta é a tese que nós defendemos neste artigo com base no pressuposto segundo o qual o linguista é um agente sócio-político cujos saberes se constituem num incessante diálogo com os saberes produzidos por outras ciências que se interessam, de algum modo, pela linguagem. Dentre essas ciências, destacam-se a Sociologia e a Antropologia Social, as quais fornecem os subsídios necessários para que o linguista, em seu trabalho descritivo da estrutura e funcionamento da língua, produza estudos que consideram os fenômenos da variação linguística e da constituição da identidade como inerentes às práticas de linguagem. Por isso, o professor de português deve atuar como um linguista, se ele estiver interessado em ser o principal agente de uma pedagogia linguística que favoreça a inclusão social pelo combate ao preconceito linguístico e pela compreensão da emergência incessante da alteridade nas práticas linguísticas. Refletir sobre a língua e ensiná-la deve ser mais do que refletir sobre seu mecanismo gramatical e ensinar regras de estruturação de frases.*

***Abstract:** All the teachers of Portuguese should be a linguist. This is the thesis that we defend in this paper starting with presumption according to which the linguist is a social-political agent whose knowledge is constituted in an incessant dialogue with others forms of knowledge produced by others sciences that someway are interested on language. Among these sciences, the Sociology and the Social Anthropology are distinguished ones, because they provide necessary subsidies in order that the linguist in his descriptive work of the*

structure and the functions of the language produces studies that consider the phenomenon of the linguistic variation and constitution of the identity as inherent to the practices of language. Thus, the teacher of Portuguese should act as a linguist, if he is interested in being the main agent of a linguistic pedagogy that contributes for the social inclusion through the combat against the linguistic prejudice, and through the understanding of the incessant emergence of the otherness in linguistic practices. Thinking about the language and teaching it should be more than thinking about its grammatical mechanism, and teaching rules for the construction of sentences.

Introdução

A cada vez que tornamos a refletir sobre as condições em que se desenvolve a prática de ensino de português a falantes nativos dessa língua, quão necessária e desafiadora se nos revela a tarefa, mormente porque, a despeito das inúmeras propostas¹ que se destinam à transformação radical dessas condições, em seus aspectos radiculares, elas praticamente não mudaram. Os aspectos a que nos referimos são a normatização das práticas linguísticas, geralmente trabalhada com nossos estudantes pela apresentação de frases descontextualizadas segundo um padrão ideal de “correção”, e a conseqüente censura das suas variedades linguísticas, cujo domínio se deu antes de eles ocuparem os bancos escolares. No esforço improfícuo de suprimir os hábitos linguísticos dos estudantes, que lhes são tão familiares quanto naturais, o professor se lança à tarefa hercúlea e inócua que consiste em educá-los na prática de hábitos linguísticos conformes a um padrão de uso prestigiado, em substituição àqueles hábitos arraigados cuja prática por si mesma é considerada um sinal de “deficiência linguística”. Acresça-se que, naquele esforço em que se empenha e que lhe parece, não raro, como a sua irrevocável missão, o professor se esquece de que a variedade linguística ensinada na escola não constitui a língua materna dos estudantes; essa variedade é quase uma língua estrangeira para eles, para cuja aprendizagem, por isso, exige-se um treinamento que tem de ser tão cuidadoso quanto pertinente às esferas sociais em que ela é usada. O que se segue daí é uma frustração mútua: o professor se frustra porque os alunos parecem relutar em aprender os novos e prestigiosos hábitos linguísticos; e os

alunos se frustram e se enfadam porque não encontram finalidade alguma na aprendizagem de regras de usos que são inoperantes na lida diária com a língua.

Das considerações acima, é forçoso que se depreendam os dois horizontes à luz dos quais se encaminhará nossa discussão neste artigo: o primeiro dos quais recobre nossa preocupação com a necessidade de envidar esforços orientados para o desenvolvimento de um ensino de língua materna, ou circunscritamente, de língua portuguesa, afinado com a promoção da diversidade linguística, com a compreensão da diferença² em sua relação necessária com a constituição da identidade³ e com o conseqüente combate ao *preconceito linguístico*⁴; pelo segundo, se estende nosso interesse em argumentar que tal promoção e combate demandam a transformação da identidade do professor de língua portuguesa⁵.

A tese fulcral de nossa discussão tem a forma de uma proposição deôntica: *todo professor de língua portuguesa deve ser um linguista*. Acreditamos que, somente assumindo a identidade de um linguista, ele poderá atingir, com boa margem de êxito, a despeito das dificuldades que lhe prejudicam o exercício da profissão, os dois objetivos fundamentais cujo cumprimento passou a ser-lhe imputado, especialmente a partir da década de 1980, quando novas concepções da língua começaram a permear o terreno escolar⁶: *o desenvolvimento da competência comunicativa dos falantes nativos e um tratamento, sem preconceito, da diversidade linguística que atravessa a realidade do português brasileiro nas suas modalidades escrita e falada*. Não podemos nos escusar de acrescentar que a sustentação da referida tese será feita mediante um exame da problemática da construção da identidade, a qual não pode ser definida e pensada fora de sua relação necessária e constitutiva com a diferença. Desde já, é importante salientar que tanto a identidade quanto a diferença são uma relação social. Ao abordarmos esse fenômeno, em cuja complexidade, no entanto, não pretendemos nos aprofundar, esperamos fique claro que ele atravessa os dois horizontes a que aludimos e à luz dos quais se desenvolverá nossa discussão: tanto o trabalho, em sala de aula, com a diversidade linguística quanto o combate ao preconceito linguístico pressupõem um saber sobre a dimensão social e simbólica da identidade e da diferença (a indispensabilidade desse saber será demonstrada quando nos ocuparmos da referida questão); da mesma

forma, um professor que trabalha na condição de linguista não pode escusar a compreensão de como os atos linguísticos concorrem para a produção tanto da identidade quanto da diferença.

Antes de pôr termo a esta seção, gostaríamos de dizer que a assunção da necessidade de o professor de português atuar como um linguista não é uma proposta exclusivamente nossa. Se houver uma verdadeira contribuição nela, tal se dará em virtude do modo como a desenvolveremos, pois que não é suficiente concordar em que é profícuo ao ensino de português que o professor atue como um linguista; é necessário demonstrar de que modo o é tanto como é indispensável dar a conhecer não só a ordem de saberes (que são muitos e variados) que é precondição para tal atuação, mas também, e principalmente, quais são as atitudes, os pressupostos e a metodologia adotados que qualificarão o professor para atuar como um linguista. Dissemos que tal proposta não é nova, e nós a encontramos esboçada em Bagno (2002)⁷. Tendo reconhecido a precariedade das condições de trabalho do professor no Brasil – fato que, inegavelmente, obsta a qualquer empreendimento que vise à transformação radical do modelo tradicional de ensino de português nas escolas, o autor faz a seguinte ponderação:

Diante disso, a sugestão que faço é usar, sim, esse material que já está à disposição, mas usá-lo de maneira *crítica*, como ponto de partida para uma conscientização dos alunos de que língua e linguagem são coisas mais ricas e fascinantes do que a velha descrição mecânica de conceitos, a velha nomenclatura falha da gramática tradicional e, principalmente, a velha distribuição de rótulos de certo e errado para a produção linguística dos cidadãos (e de todos os demais comportamentos sociais) (...). (BAGNO, 2002, p.69).

No excerto supracitado, Bagno recomenda que o uso da gramática normativa seja amparado por um olhar crítico, etapa indispensável para que o professor assuma a posição de um linguista, a saber, de um estudioso da língua interessado em descrever os fatos linguísticos e não em valorá-los como “certos” e “errados”. Para Bagno, o linguista é um pesquisador, mas é também aquele a quem compete, na condição

de professor, conscientizar os alunos de que “língua e linguagem são coisas mais ricas e fascinantes do que a velha descrição mecânica de conceitos, a velha nomenclatura falha da gramática tradicional (...)”. Em seguida, Bagno mantém que a transformação do modelo tradicional de ensino de língua portuguesa, que se serve da gramática normativa e de seu aparato ideológico⁸, não é possível se o professor tiver sido privado de uma formação científica consistente e, no caso de tê-la recebido, não for um linguista (acrescente-se “em tempo integral”)⁹.

Para empreender esse tipo de trabalho, evidentemente, é necessário que o professor tenha recebido e continue a receber uma formação científica consistente, que se apodere dos resultados da pesquisa linguística, que tome consciência das etapas de evolução e progresso do campo científico ao qual pertence, que é o das ciências da linguagem e da educação. Um professor de língua portuguesa que não for, em tempo integral, um pesquisador, um curioso, um linguista, um teorizador, enfim, não poderá empreender essa transformação. (BAGNO, 2002, p.69-70).

1. O professor linguista: por uma postura não-normativista no ensino de português

É comum que as pessoas, em geral, perante um professor de português sintam-se intimidadas para falar. Tal timidez ou receio se baseia na crença, arraigada nas representações coletivas¹⁰ de nossa sociedade, de que todo professor de português é, necessariamente e ao mesmo tempo um guardião da “pureza” da língua pátria e uma espécie de policial linguístico. Destarte, de acordo com essa representação muito disseminada em nossa sociedade, ao professor de português compete o dever de zelar pela língua de prestígio (conhecida geralmente quer por professores, quer por não-especialistas como a “língua correta”) e de patrulhar o uso linguístico, com vistas a capturar os recorrentes “desvios” ou “erros” cometidos pelos usuários da língua, relativamente a uma norma idealizada e balizada por um conjunto de práticas, valores e ideologias recoberto pelo termo *Gramática Tradicional* (doravante, GT).

Não menos comum é o recorrer-se ao professor de português, a fim de saber se uma palavra grafa-se com “s” ou “z”, ou se o correto é dizer “para mim fazer” ou “para eu fazer”. Em qualquer caso, o falante que busca esclarecimento deseja obter uma resposta que acene para o comportamento linguístico que lhe parece o “correto”. Esse fenômeno da obsessão pela correção idiomática é geral e não carece que sobre ele estendamos nossas considerações para tornar razoável a visão de que, no imaginário dos falantes em geral, o professor de português é dentre os falantes aquele que se destaca por mais bem conhecer a língua e, portanto, socialmente, é dele esperado que assuma uma postura pedagógico-normativista em face do uso da língua.

Há, no entanto, muitos professores de português, dos quais uma grande parcela atua como pesquisadores nos mais diversos centros de pesquisa em linguagem nas grandes universidades de nosso país que, sendo linguistas, ou seja, estudiosos que se ocupam do fenômeno da linguagem atentos à sua natureza heterogênea e heteróclita, não assumem uma postura normativista no tratamento dos fenômenos linguísticos. Não estão eles preocupados em ditar o que é “certo” ou “errado” no uso que os falantes nativos de português fazem de sua língua. Sendo pesquisadores, estudiosos da linguagem, especialistas cujos estudos se desenvolvem na esteira da Linguística moderna, eles estão interessados em descrever e explicar a estrutura e o funcionamento da língua portuguesa, para o que produzem pesquisas que levam em conta as contribuições de outras áreas do saber humano que são perpassadas, de um modo ou de outro, por questões de linguagem¹¹. Dizer que eles são cientistas da linguagem significa dizer que são profissionais cujas pesquisas se valem de hipóteses, métodos, procedimentos de coleta de dados e de análise, à luz de pressupostos teóricos bem definidos, que lhes tornam possível mostrar como uma língua se organiza para a produção de sentidos¹². O trabalho do linguista, portanto, deve também atender às exigências de qualquer empresa científica: ele precisa dispor de hipóteses, de certos pressupostos teóricos que estão na origem da constituição do objeto teórico¹³ a ser investigado e que orientarão a constituição de um *corpus* representativo de uma dada variedade linguística, a qual, por sua vez, deve tornar possível a observação e a descrição do fenômeno

lingüístico a ser investigado. Em suma, definição, observação, comparação, análise e síntese, etapas contempladas em todo empreendimento científico, fazem parte do trabalho do linguista quando ele se debruça sobre um dado fenômeno lingüístico.

Não nos interessa descer a investigações sobre os aspectos epistemológicos da Linguística, tampouco sobre as condições institucionais que fazem um professor de português ser reconhecido como linguista. Por conseguinte, é necessário reconduzir nossas reflexões ao momento inicial dessa seção, quando descrevíamos a imagem sócio-cultural, geralmente, associada ao professor de português, com vistas a assinalar o contraste entre essa imagem, que resulta de crenças, valores e expectativas socialmente projetados e que definem o lugar identitário desse profissional, e o que caracteriza, fundamentalmente, a prática do linguista, que consiste em estudar a língua, em abordá-la sem fazer quaisquer juízos de valor sobre suas variedades. O linguista considera as variedades lingüísticas como diferenças lingüísticas, como formas diferentes de usar a língua, o que não significa dizer que ele não reconheça que elas não têm o mesmo estatuto social, ou seja, que elas não trazem em si índices valorativos, cuja atribuição decorre de julgamentos feitos sobre o falante que as usa.

2. Os saberes do professor linguista

2.1 A orientação ideológica da gramática normativa

Cumpre-nos fornecer um quadro descritivo, não exaustivo, dos saberes indispensáveis à constituição dos alicerces da prática do professor de português na condição de linguista. Principiemos por referir o que nos escreve Bagno, em seu mais recente e monumental trabalho – *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2011). Nesse livro, Bagno reitera, sumariamente, o que tem sido consenso entre os especialistas, no tangente aos objetivos das aulas de português na escola.

Ler, escrever e refletir sobre a língua. Essas três tarefas – que no fundo são uma só: desenvolver o *letramento* – constituem toda a missão da escola no que diz respeito à educação em língua materna. Não há tempo a perder com outras práticas que já se

comprovaram absolutamente irrelevantes e inúteis para se cumprir essa missão. (Bagno, 2011, p.29 – grifo no original).

Essas “outras práticas irrelevantes” a que se refere o autor dizem respeito à forma como o português vem sendo tradicionalmente ensinado e estudado nas salas de aulas de nossas escolas, a saber, como um objeto cujas partes constitutivas devem ser reconhecidas e classificadas. Exemplos dessas práticas são a elaboração de atividades em que se solicita ao aluno o reconhecimento do complemento verbal e sua classificação em objeto direto, objeto indireto, complemento relativo, etc. O material linguístico oferecido ao aluno e sobre o qual ele se debruça em sua tarefa enfadonha e despropositada de dissecação da língua e de taxionomia de suas unidades constitutivas consiste em um conjunto de frases ou criadas pelo próprio professor, ou extraídas de textos, ou colhidas de coletâneas de exercícios de gramática; em qualquer caso, trata-se de frases descontextualizadas, e não de *unidades de comunicação*. Trata-se de fragmentos de linguagem exauridos de sua funcionalidade, porque desvinculados do todo linguístico a que se integravam (texto) e dos contextos (socio-ideológicos, político, cultural, cognitivo) na base dos quais funcionavam.

Escusa dizer que o trabalho com frases isoladas que se prestam apenas à análise de seus constituintes não contribui em nada para o desenvolvimento da competência comunicativa dos aprendizes. Em virtude disso, os estudiosos da linguagem, especialmente, vêm advogando a necessidade de se desenvolver um ensino de português focado na leitura e produção de textos, bem como na reflexão sobre o funcionamento da língua *em textos*. Evidentemente, essa mudança de foco exigirá do professor também uma mudança de pressupostos, quer no que diz respeito ao que significa ensinar língua materna a falantes nativos dessa língua, quer no que diz respeito ao que significa saber gramática. Para responder a essa questão de modo adequado à proposta de ensino, que se segue necessariamente da determinação do objetivo fundamental a que deve atender o ensino de português a falantes nativos, o professor deverá romper com a visão tradicional e unívoca de gramática e reconhecer nesse termo a designação de um

conhecimento inato e intuitivo que habilita todo ser humano a falar uma língua¹⁴. Aqui, vale citar Bagno, novamente, ao referir-se ao conhecimento gramatical do falante nativo: “(...) saber gramática é algo tão entranhado em cada pessoa que é simplesmente impossível falar, ouvir, ler, escrever ou refletir sobre a língua sem ativar esse conhecimento gramatical intuitivo e poderoso (...)” (Bagno, 2011, p. 30).

Note-se que o autor se refere à gramática como “um conhecimento intuitivo e poderoso”. A gramática é, assim, esse sistema de regras e unidades que, inscrito em nossa mente/cérebro na forma de conhecimento, habilita-nos a fazer uso normal de nossa língua. É claro que o saber usar uma língua, seja nossa língua materna, seja uma língua estrangeira, envolve muito mais do que saber operar com sua gramática. Mais do que deter uma competência linguística, o falante nativo é possuidor de uma competência comunicativa, a qual, por sua vez, se relaciona a outras formas de competência que são ‘ativadas’ quando ele se envolve nas mais diversas práticas discursivas ao longo da vida. Uma discussão sobre essa inter-relação extrapola os limites deste texto¹⁵.

Até o presente momento, pontuamos tanto a necessidade da assunção de uma posição crítica em face do material que está imediatamente à disposição do professor quando do trabalho com a língua em sala de aula, quanto a necessidade de ruptura com a visão tradicional de gramática que subsidia o ensino de português. No entanto, a pré-condição para que seja possível a crítica e a ruptura é o saber a respeito das bases ideológicas em que se esteiam a GT e a gramática normativa. Destarte, vamo-nos ocupar em discorrer sobre essas bases, visto que o esclarecimento sobre elas é indispensável para a atuação do professor como linguista.

Se, por um lado, a GT é o espírito, a mentalidade, a doutrina, o sistema de crenças, de valores, de reflexões que deram ensejo ao surgimento de uma disciplina e pedagogia de orientação prescritivo-normativista; por outro lado, a gramática normativa dá corpo à GT (Bagno, 2010). A gramática normativa constituirá um conjunto de regras que se destinam a fixar uma variedade ideal de excelência (a variedade padrão) da língua. A gramática normativa prescreve as regras dessa variedade, que devem ser seguidas pelos usuários que pretendam falar/escrever “corretamente”.

A gramática normativa se ocupa apenas com os fatos da língua padrão. O que se conhece como norma culta é a norma que se tornou oficial e prestigiosa para os indivíduos num dado contexto sócio-histórico. A gramática normativa, de que nossas gramáticas escolares são exemplares, constitui um manual de regras para o bom uso da língua. Acompanhemos o que nos ensina Bagno, em sua *Dramática da Língua Portuguesa* (2010), ao nos ensinar a respeito do fato de a gramática normativa ter-se tornado um instrumento ideológico de poder e controle sociais:

(...) Com a instrumentalização da gramática normativa em mecanismo ideológico de poder e controle de uma camada social sobre as demais, formou-se essa “falsa consciência” coletiva de que os usuários de uma língua é que precisam da gramática normativa, como fonte mística, invisível da qual emana a língua “bonita”, “correta” e “pura”. A língua ficou subordinada à gramática. O que não está na gramática normativa “não é português”, assim como as palavras que não estão no dicionário simplesmente não existem... (BAGNO, 2010, p.27).

É, portanto, por um efeito ideológico, que as pessoas, em geral, passam a acreditar que quem não domina as regras de uso prescritas pela gramática normativa não sabe falar português. Essas pessoas acreditam também que precisam da gramática para falar “corretamente” a sua língua materna. Daí se segue que os usos não contemplados e abonados pela gramática normativa não são considerados pertencentes à língua portuguesa. Essas pessoas não se percebem mais como os verdadeiros agentes e construtores linguísticos. A língua não pertence à gramática, tampouco aos seus supostos guardiães; mas a todos os seus falantes nativos que dela se servem não só para interagir socialmente, mas também para construir, definir e reafirmar sua identidade (individual, linguística, social e cultural).

Franchi (2006, p.16) dá-nos a conhecer uma definição de gramática normativa bastante concisa e esclarecedora, que cumpre referir aqui: “[a gramática normativa] (...) é o conjunto de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua

consagrado pelos bons escritores”. Nessa definição de gramática normativa, que capta bem a base em que se apóia a normatividade de sua orientação, destaca-se o valor assumido pelo uso da língua feito pelos considerados “bons escritores” da literatura tomados para modelo a partir do qual se determina uma norma padrão, a qual é valorada como “correta”. Essa norma padrão, segundo Bagno (2007, p.106), “não corresponde a nenhum uso real da língua, constituindo-se muito mais como um *modelo*, uma entidade abstrata, *um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística* (...) (ênfases no original). A norma padrão, ou seu correlato língua padrão, é um corpo ideológico que exerce grande poder simbólico no imaginário coletivo, mormente sobre o imaginário dos indivíduos mais escolarizados. Essa norma padrão não se identifica com a *norma culta*. Esta, por sua vez, é a norma real que compreende as variedades linguísticas de prestígio, ou seja, as que são usadas pelos membros das camadas socioeconomicamente favorecidas da população. Seus usuários são definidos por critérios rigorosos postulados pela cientificidade dos estudos sociolinguísticos, quais sejam, antecedentes biográfico-culturais urbanos e grau de escolarização superior. No entanto, atento à problemática suscitada pelo uso do termo “culto” relativamente à norma, Bagno, na mesma página em que se acha a citação anterior, prefere falar em *variedades de prestígio*, termo com o qual designa as variedades usadas pelos falantes socialmente prestigiados, e *variedades estigmatizadas*, que recobrem as formas linguísticas usadas pelos falantes socialmente desprestigiados. Como se vê – e nós nos estenderemos sobre esse ponto adiante – o que faz com que certas variedades linguísticas sejam consideradas como dignas de prestígio e outras sejam censuradas, rejeitadas é justamente a origem socioeconômica e cultural dos seus falantes, de modo que é sobre as variedades linguísticas usadas pelos falantes provenientes das classes sociais mais favorecidas socioeconomicamente que recairá o prestígio social; por outro lado, as variedades linguísticas de que se servem os menos favorecidos socioeconomicamente serão alvo de desprestígio, de censura.

Cabe esclarecer os critérios por que determinadas formas e usos linguísticos são inseridos ou excluídos da norma de prestígio. Vejamos quais são esses critérios, todas eles previstos pela Gramática Tradicional. A primeira ordem de critérios é *estética*. Nesse caso, são

incluídas na norma as formas linguísticas consideradas elegantes, belas, eufônicas; e dela são excluídas as formas cacofônicas (p.ex. boca dela), os pleonasmos “viciosos” (p. ex. subir para cima), o eco, etc. A segunda ordem é de natureza *elitista*. Já nos referimos a ela. O preconceito e a discriminação linguísticos são de ordem elitista. Nesse caso, contrapõe-se o uso da língua feito pelos indivíduos pertencentes às classes favorecidas ao uso feito pelos indivíduos das classes menos favorecidas. A terceira ordem é *política*. Nesse caso, combatem-se os neologismos e os estrangeirismos. Valoriza-se a pureza do idioma e a vernaculidade. A quarta ordem de critérios é *histórica*. Aqui tem peso a tradição. Deve-se evitar as inovações e valorizar as formas consagradas pelo uso feito pelos usuários da língua (especialmente, escritores da literatura clássica) considerados de excelência. Por essa razão é que se proscvem formas como “vende-se carros” ou “custei a acreditar nele”.

2.2. Língua, ideologia e discriminação

Já vimos, ainda que de modo sucinto, que a gramática normativa se transformou num mecanismo ideológico de poder e controle sociais. Nesta seção, desceremos a pormenores sobre o papel desempenhado pela ideologia na legitimação de práticas e atitudes que visam a avaliar os padrões linguísticos em termos de noções como “certo” e “errado”. Ademais, não descuraremos de considerar as consequências sociais desse patrulhamento linguístico generalizado que se põe a serviço da manutenção do *status quo*.

Se quisermos compreender como os processos ideológicos atuam no sentido de produzir hegemonia, a saber, *de produzir a adesão e o consentimento das massas*, necessário se faz que nos detenhamos a investigar a materialidade linguística dos processos de produção de sentido no discurso. Claro é que a esse intento deve preceder uma concepção de discurso, clara e adequada aos propósitos estabelecidos para a análise. Os limites dessa exposição e o objetivo central a que ela atende impedem-nos de nos estender sobre a concepção de discurso que supomos consistente com as considerações ulteriores; não obstante, é forçoso que a anunciemos. Seguimos Fairclough (2001) e esposamos a compreensão de discurso como prática social, como um modo de ação, uma forma pela qual as pessoas agem sobre o

mundo e sobre os outros. Como modo de ação, o discurso é constituído socialmente e é constitutivo de identidades sociais, de relações sociais e de sistemas de conhecimento e crença. Há uma dialética incessante entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, ao mesmo tempo em que é constitutivo dessa estrutura. À luz dessa perspectiva, não se pode admitir uma relação externa entre linguagem e sociedade. O uso da linguagem é uma prática social, é um modo de ação historicamente situado. Não menos importante é dizer que o discurso é também uma forma de representação. O discurso contribui para a constituição, a reprodução e a mudança das estruturas sociais. Porque é uma forma de prática social, o discurso está intimamente ligado a outros elementos da vida social. O discurso, acompanhando de perto a visão de Fairclough, é, assim, um momento da prática social; esta, por sua vez, recobre relações sociais, poder, práticas materiais, crenças, valores, desejos e instituições/rituais. As práticas são maneiras habituais, situadas em tempo e lugar particulares, mediante as quais as pessoas se servem de recursos – materiais e simbólicos – para agirem no/sobre o mundo. As práticas constituem a vida social em sua totalidade, a saber, nos domínios da economia, da política, da cultura e da vida cotidiana.

Transitando pelo terreno teórico da Análise Crítica do Discurso, deve-se pontuar que o discurso será considerado ideológico, sempre que suas representações e pressupostos estiverem ligados a relações de dominação e estiverem a serviço de sua reprodução. As relações de poder são, assim, mais eficazmente sustentadas por meio de significados que se veiculam de modo tácito. A não-percepção desses significados pelos indivíduos garante o estabelecimento da hegemonia, ou seja, *da universalização de perspectivas de classes particulares*. Uma teoria crítica de ideologia mantém que toda ideologia tem caráter hegemônico, desde que ela está a serviço do estabelecimento e da manutenção de relações de dominação.

Com base em Thompson, em *Ideologia e Cultura moderna* (2000), pode-se distinguir entre cinco modos gerais de operação da ideologia. Elencamos esses modos e os definimos abaixo:

1) *legitimação*: a legitimação torna possível que as relações de dominação se estabeleçam e se sustentem por serem representadas como justas e, portanto, como merecedoras de apoio.

2) *dissimulação*: na dissimulação, as relações de dominação são produzidas e sustentadas por meio da negação ou ocultamento de sua realidade injusta e necessariamente assimétrica.

3) *unificação*: a unificação permite que as relações de dominação se estabeleçam e se sustentem por meio de construções simbólicas que engendram relações ou comportamentos percebidos como expressão de uma unidade.

4) *fragmentação*: nesse modo de operação, as relações de dominação podem ser reproduzidas pela separação de indivíduos ou fragmentação de grupos que, quando unidos, podem obstaculizar a manutenção do poder.

5) *reificação*: através desse modo, a ideologia faz parecer permanente, definitiva e inalterável uma realidade transitória, por meio da ocultação de sua natureza sócio-histórica que é, por definição, o devir (ou seja, o que, embora existindo, está destinado a transformar-se ou a desaparecer).

Cada um dos modos de operação da ideologia inclui certo número de estratégias discursivas em que eles se baseiam. Não cabe aqui examinar cada uma delas. No entanto, a título de ilustração, tomemos apenas duas das quatro estratégias abrigadas pela *reificação*, quais sejam, a *naturalização* e a *eternalização*, dada a importância delas para a nossa discussão. Por meio da estratégia de *naturalização*, uma realidade social é apresentada como se fosse um dado natural, independente da ação humana. Na estratégia de *eternalização*, os fenômenos históricos são considerados como realidades permanentes e inalteráveis. Por exemplo, com base na primeira estratégia, já se justificou, no passado, as desigualdades sociais como fatos decorrentes de diferenças ou desigualdades biologicamente determinadas. A segunda estratégia pode servir, por exemplo, para manter relações de dominação com base na ideia de que “as coisas sempre foram assim e não há como mudá-las”, produzindo o conformismo social.

Vamo-nos concentrar na elucidação do conceito de ideologia, à luz da teoria marxista. *Ideologia*, não custa lembrar, é um termo que congrega várias perspectivas¹⁶. São muitas as definições de ideologia, dependendo de quem emprega o termo e da abordagem teórica que adote. Não obstante, não se pode negar que sua importância para as

ciências humanas torna-se patente na obra *A ideologia Alemã*, de Marx e Engels. Nela, o termo *ideologia* aparece para referir-se, criticamente, à concepção idealista de filósofos como Hegel e Feuerbach, cujas análises filosóficas eram orientadas pelo plano das ideais, sem contemplar o domínio material donde aquelas se originam, ou seja, sem levar em conta as relações sociais e a estrutura econômica da sociedade.

Marx situa a ideologia como um fenômeno pertencente à superestrutura e a define como uma espécie de *falsa consciência*, como uma forma de pensamento que mascara as causas reais das condições sociais de existência, ou seja, os valores, representações, práticas, instituições, que são de natureza material, a saber, social e econômica. Parafraseando Marx, não é a consciência que determina as relações sociais; ao contrário, são as relações sociais que determinam a consciência. Em outras palavras, a infra-estrutura, o domínio das relações econômicas, é que determina o domínio da produção das ideias (superestrutura). A *infra-estrutura* é a causa e o substrato da superestrutura ideológica (crenças religiosas, morais, estéticas, jurídicas, filosóficas, etc.). A estrutura econômica da sociedade constitui a base real por que se deve explicar a superestrutura das instituições políticas e jurídicas. A superestrutura compreende o domínio da cultura, das instituições, das ideologias de uma sociedade. Os críticos de Marx não deixaram de notar que ele exagerou ao sustentar uma determinação direta do domínio econômico sobre a consciência dos agentes sociais.

A ideologia, para Marx e Engels, serve à reprodução e à legitimação das condições sociais de existência, produzindo a aceitação pelos indivíduos dessas condições. Ela inverte a relação entre as ideias, que representam o real, e o próprio real, que deveria explicá-las. Na ideologia, o mundo aparece para a consciência dos agentes sociais de modo invertido. A ideologia serve à satisfação dos interesses da classe dominante, na medida em que faz parecer que esses interesses são os interesses da sociedade como um todo.

A ideologia, na medida em que serve para legitimar as relações que não expressam senão os interesses de uma classe dirigente, contribui para manter a coesão social, evitar conflitos e conservar as condições de dominação, que não são percebidas como tais (por força mesmo dos mecanismos ideológicos). As ideias dominantes expressam, no

plano ideal, as relações materiais dominantes. As relações materiais dominantes assumem a forma de ideias. Essas ideias refletem as relações que conferem o poder de dominação a uma classe. As ideias que exercem domínio são as ideias da dominação dessa classe.

Destarte, a ideologia, em Marx e Engels, é vista como um instrumento de poder de que se serve a classe dominante para exercer sua dominação e legitimá-la, de modo a reproduzi-la. Atentemos para o que acontece quando as ideias dominantes passam a existir independentemente, ou são vistas como tal, da classe que as produziu. Não se pode perder de vista o fato de que a ideologia, em Marx, deve ser compreendida na dinâmica das relações materiais (econômicas). A ideologia envolve duas operações espirituais básicas: a *inversão* e o *ocultamento*. A inversão ideológica se dá quando se parte da consciência para explicar a realidade, ou melhor, quando se considera a realidade como reflexo das ideias. O ocultamento operado pela ideologia consiste no processo por meio do qual se mascaram as causas reais de uma dada realidade (social, política, cultural, etc.), com racionalizações que não são outra coisa senão reflexos do *parecer social*, das formas como a realidade social aparece à consciência imediata dos indivíduos.

Em certo sentido, Marx segue a tradição platônica de dicotomização do real, ao postular, quando enfoca a noção de ideologia, a distinção entre a esfera das aparências (o mercado) e a esfera das essências (das relações no domínio da produção). A ideologia, assim, impediria que a consciência atingisse o nível da essência das relações sociais, fazendo crer que a totalidade do real se reduz ao *parecer social*, ao nível do imediatamente experienciado. É assim que a ideologia faz crer ao homem comum que, em seu trabalho, ele se encontra numa relação de igualdade com o seu empregador, pelo simples fato de que, nessa relação, ele recebe um salário que acredita ser justo. O que a ideologia lhe oculta é que ele é despossuído dos meios de produção, do produto de seu trabalho, da força de trabalho, que ele vende como uma mercadoria; o que a ideologia mascara é o fato de que, ao final de um mês, o trabalhador recebe um salário cujo valor não corresponde à totalidade de tempo que consumiu trabalhando.

No modo de representação ideológica, os indivíduos consideram o parecer social como se fosse a realidade social mesma. A ideologia oculta à consciência dos indivíduos as verdadeiras causas de suas condições de existência. Acrescente-se também que a ideologia consiste no processo pelo qual as ideias das classes dominantes se tornam as ideias dominantes numa dada conjuntura social. As ideias das classes dominantes se tornam, por força da ideologia, as ideias de todas as classes sociais. Isso é particularmente verdadeiro quando observamos que avaliar o comportamento linguístico de outrem é uma prática comum aos indivíduos de todas as classes sociais. Essa prática, que expressa os interesses das classes privilegiadas, torna-se também prática dos indivíduos das classes subalternas. Sob o embotamento da consciência, provocado pela ideologia, os indivíduos não se reconhecem mais como agentes responsáveis pelos processos sociais. Eles não percebem que a realidade de sua classe decorre da atividade de seus membros.

Na ideologia, pelo menos no contexto teórico em que a situamos, dá-se a inversão entre as ideias e o real. Ao invés de o real explicar as ideias produzidas pela consciência (que é ela mesma produto socioideológico) de indivíduos que se relacionam em condições de existência concreta, são as ideias que explicam o real. As ideias são decalcadas do real e passam a ter existência independentemente das condições sócio-históricas em que foram produzidas. Os indivíduos não mais percebem as condições sócio-históricas como a verdadeira causa de suas ideias. Eles imaginam que suas ideias independem de tais condições e que valem para todo o sempre. Na ideologia, a realidade *aparece* à consciência dos sujeitos como algo dado, já pronto, acabado, para que seja simplesmente ordenado, classificado e julgado.

Do que precede, resulta, portanto, que a ideologia nos ajuda a explicar por que os indivíduos costumam avaliar as formas e usos linguísticos uns dos outros na base da produção de noções valorativas como “certo” e “errado”. Em primeiro lugar, a ideologia mascara as condições sócio-históricas que explicam por que eles tendem a avaliar os padrões linguísticos em termos de “certo” e “errado”. Em segundo lugar, é também por meio dela que eles buscam, sem estar conscientes disso, justificar tal prática. Por exemplo, é a ideologia que está na base de uma justificação que apela para a autoridade do professor, do

gramático ou da gramática normativa para rejeitar como errada uma construção como “Eu se cuida”. Nesse caso, a justificação não dá conta de revelar o mecanismo socioideológico que torna possível considerar “errada” tal construção. Na verdade, a justificação que apela para a autoridade de uma pessoa ou uma instituição é efeito do próprio mecanismo socioideológico. Essa justificação reproduz aquilo mesmo que a permitiu aparecer. A ideologia cristaliza a crença de que existem formas linguísticas essencialmente corretas e formas linguísticas essencialmente erradas, mascarando o fato de que “correto” e “errado” são valores com que é julgado o comportamento linguístico dos indivíduos numa sociedade, já marcada por desigualdades em todos os níveis. Considerar certo um determinado uso e errado outro resulta de valoração social, em cuja origem se acha um forte sentimento de estratificação social.

Cumpramos esclarecer a noção de *valor cultural*, a essa altura, já que as variedades linguísticas se distribuem numa escala valorativa, de acordo com o tipo de inserção social de seus usuários. O valor, entendido no âmbito da Antropologia Social, é uma ideia comum que sinaliza o modo como alguma coisa é *classificada*, tendo em conta desejabilidade, perfeição e mérito. Valorar é atribuir valores (bom, ruim, aceitável, desejável, etc.) a qualquer coisa. Valores podem servir virtualmente para classificar qualquer coisa, desde abstrações (lógica acima de intuição), a experiências e comportamentos. O que torna uma ideia um valor é seu uso para categorizar coisas em relação a outras. Portanto, quando se valora uma expressão linguística como errada, faz-se em relação a outra que é avaliada como “correta”. A autoridade dos valores transcende o indivíduo, existe fora dele. Valores são partes importantes de todas as culturas, porquanto influenciam a maneira como as pessoas escolhem e como os sistemas sociais se desenvolvem e mudam.

É preciso, portanto, insistir – para o que seremos enfáticos: *as formas e usos linguísticos não são inerentemente certos ou errados*; é a sociedade como um todo que atribui os valores de certo e errado às expressões linguísticas e, ao fazê-lo, reflete e reforça os interesses das camadas sociais dominantes. Igualmente importante é reter que uma forma não é errada porque a gramática normativa diz que é errada. Tal crença mascara o fato de que uma forma linguística só é errada porque

é produzida por indivíduos pertencentes às camadas sociais desprivilegiadas. Disso se segue que a avaliação é negativa apenas porque as formas linguísticas usadas por uma dada pessoa não correspondem ao ideal de correção idiomática atribuído ao comportamento linguístico de usuários mais prestigiados. As gramáticas normativas legitimam isso fazendo-nos crer que toda forma que não seja agasalhada pela norma avalizada por elas é “errada” e deve, por isso, ser evitada.

Uma política e pedagogia linguísticas comprometidas com o combate ao preconceito linguístico e à discriminação social, que, embora reproduzidos cotidianamente nas práticas discursivas, quase nunca são percebidos como tais, devem orientar-se pelo reconhecimento de que a avaliação é essencialmente social e incide sobre o sujeito social. Não é propriamente a língua que está sendo avaliada, mas a pessoa que a está usando. Os juízos de valor feitos sobre os usos linguísticos não são imanentes aos usos, mas resultam de relações sociais ou sócio-políticas marcadas por conflitos entre classes que expressam interesses antagônicos. Assim é que, quando se avalia negativamente uma forma linguística como “chicrete”, avalia-se negativamente o seu usuário e, por extensão, toda a classe social a que pertence. É sua origem sócio-cultural que é estigmatizada. A grande maioria das pessoas ignora o fato de que toda palavra é uma arena de conflitos sociais e de que a língua é o lugar privilegiado onde se encenam as lutas de classes com mais ou menos clareza¹⁷. Uma consciência clara do papel que desempenha a língua no robustecimento do preconceito e da discriminação social está intrinsecamente ligada à percepção de que a língua é um poderoso instrumento de controle social, de manutenção e ruptura de vínculos sociais, de inclusão e exclusão, de constituição, legitimação, preservação e destruição de identidades individuais (Bagno, 2007).

A ideologia também ofusca a percepção do fato de que o uso da língua é inseparável das esferas de poder. Em *Linguagem, Escrita e Poder* (2003, p.22), Gnerre nos lembra o seguinte: “A começar do nível mais elementar das relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”. (grifo nosso). O autor ainda nos chama a atenção para o papel desempenhado por certas linguagens especializadas, tais como a linguagem jurídica, a linguagem jornalística, etc. Essas formas de

linguagem excluem da comunicação as pessoas de comunidades linguísticas externas ao grupo que as usa. Ademais, elas servem para reafirmar a identidade dos membros desse grupo reduzido que tem acesso a elas. Segundo Gnerre, “a linguagem pode ser usada para impedir a comunicação de informações para grandes setores da população. Todos nós sabemos quanto pode ser entendido das notícias políticas de um jornal Nacional por indivíduos de baixo nível de educação (...)”. (p.21). Destarte, somente os indivíduos já familiarizados com a linguagem usada nesses tipos de notícias e capazes de reconhecer os conteúdos associados às informações conseguirão compreender alguma coisa. Gnerre observa, outrossim, que a variedade de prestígio incorpora conteúdos ideológicos que podem ser facilmente manipulados, uma vez que as formas às quais se ligam ficam imobilizadas (vejam-se as palavras *democracia* e *ditadura*), o que favorece a restrição da comunicação entre grupos que sabem a que domínio conceitual se prendem as palavras. Disso resulta que fica garantida a impossibilidade de as grandes massas terem acesso ao significado dessas palavras atualizado contextualmente, malgrado estarem familiarizadas com a forma delas.

Conquanto escape à alçada deste trabalho uma investigação sobre a relação entre poder e discurso, cremos necessária assinalá-la, uma vez que, sendo o discurso o palco onde se reproduzem os conflitos sociais que se apresentam na forma de disputa pelo direito de ter acesso ao poder e de beneficiar-se de seus privilégios, o próprio discurso é objeto de disputa, pois controlá-lo é uma forma eficaz de exercício do poder.

No seu *Discurso e poder* (2008, p.17), o linguista holandês Dijk define o *poder social* como “controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros”. Quando esse controle se exerce sobre as *ações comunicativas* dos outros (sobre seus discursos, portanto), pode-se falar em controle sobre o discurso dos outros. Esse controle é uma das formas óbvias pelas quais o poder e o discurso se relacionam.

(...) as pessoas *não são livres* para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada

na supressão da liberdade de escrita e da fala (tipicamente crítica). (DIJK, 2008, p.18, ênfase nossa).

Pode suceder também que as pessoas tenham de falar ou escrever segundo os modos que lhe são prescritos. O controle é extensivo não só ao discurso como prática social, mas também à mente daqueles que são submetidos ao controle, ou seja, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, crenças, ideologias, bem como às outras formas de representações pessoais e sociais. Geralmente, esse controle da mente é indireto, embora possa ser intencional, e apenas provável consequência do discurso.

Na medida em que as ações das pessoas são influenciadas por suas atitudes, conhecimento, ideologias, crenças, valores, normas, o controle da mente redundando em controle indireto da ação. Quando a ação submetida ao controle é ação discursiva, o discurso poderoso pode, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder. Como observa Dijk, muito perspicazmente, “não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas”. (p. 23).

2.3. Há erros mais errados do que outros

Do ponto de vista sociolinguístico, o chamado “erro linguístico” baseia-se numa avaliação negativa que, não sendo de ordem linguística, é estritamente calcada sobre o *valor social* atribuído ao falante, considerando sua classe socioeconômica, seu grau de escolarização, seus antecedentes geográficos, sua maior ou menor participação nas esferas de poder, seu sexo, sua cor de pele e outros preconceitos culturais e socioeconômicos. O suposto “erro” linguístico desencadeia, assim, uma série de avaliações negativas sobre o falante e supõe uma cadeia de causas e consequências que, por ser de natureza ideológica, é, necessariamente, falsa: acredita-se que quem fala errado, pensa errado, age errado, não é nem estimável nem confiável, etc.

Uma lição elementar da sociolinguística é que não há variação linguística sem alguma avaliação social. Numa sociedade tão fortemente hierarquizada como a sociedade brasileira, todos os valores culturais e bens simbólicos se situam também em escalas hierárquicas

que se organizam segundo valorações como “bom”, “ruim”, “certo”, “errado”, “feio”, “bonito”, etc. A língua é o bem simbólico mais importante de uma sociedade, e seu uso, portanto, é submetido àquelas escalas hierárquicas de valoração.

Não menos importante é levar em consideração o fato de que, entre as formas de uso valoradas como “erradas”, há formas que se consideram mais “erradas” do que outras. A medida da gravidade desses “erros” é inversamente proporcional à escala de *prestígio social*: *quanto menos prestigiado socialmente é o usuário da língua; quanto menor é seu nível socioeconômico, maior é a gravidade atribuída aos supostos “erros” de sua fala.*

Não custa insistir em que as valorações positivas ou negativas que recaem sobre os usos linguísticos assentam em pressupostos, orientados ideologicamente, sobre a origem sócio-cultural e econômica dos falantes. Ademais, a classificação das variedades linguísticas em “certas” e “erradas” se faz com base em critérios políticos e ideológicos. Quem detém o poder dispõe das condições pelas quais pode impor (e impõe) a sua variedade linguística como aquela pela qual se deve pautar o comportamento linguístico de todos os membros da sociedade. Como toda seleção implica exclusão, todas as demais variedades linguísticas dos grupos dominados serão tomadas como variedades “erradas”, “imperfeitas”, “inadequadas” e serão designadas com termos que carregam grande teor de pejoratividade.

Destarte, quando os linguistas observam que não há usos linguísticos “certos” e “errados” em si, estão chamando a atenção para o fato de que “certo” e “errado” não são defeitos das formas linguísticas, mas efeitos da valoração socioideológica a que não só elas são submetidas, como também, mormente, seus usuários. Quem discrimina o modo de falar de alguém está discriminando, na realidade, a pessoa que fala e, por extensão, a classe social a que ela pertence. Por isso, o *preconceito linguístico* é, fundamentalmente, um *preconceito social*.

Gostaríamos de acrescentar, antes de pôr termo a esta seção, que, nas múltiplas práticas de valoração e discriminação de usos da língua, há erros que carregam mais desaprovação do que outros. Em outras palavras, há erros que são mais percebidos do que outros, o que

contribui para gerar uma situação sociolinguística de valoração e discriminação bastante hipócrita, visto que a mesma pessoa ou grupo que acusa “erros” na fala do outro, muitas vezes, não se dá conta de que também comete “erros”, embora sutis ou não reconhecidos como tais. É também com base num ideal de língua que muitas pessoas apreciam apontar erros na fala de personalidades públicas de quem esperam um comportamento linguístico adequado à norma de prestígio. O que essas pessoas não percebem é que, se tais personalidades fazem uso de formas desaprovadas pela gramática normativa, é sinal de que tais formas já encontram abrigo na norma de prestígio, pois que quem faz a norma são os próprios usuários da língua (evidentemente, no caso da norma de prestígio, os que gozam de acesso à educação plena e à cultura letrada).

Basta atentarmos à fala de um ou uma repórter da Rede Globo, para constatar que ele/ela usa, com frequência, o verbo *ter*, no sentido de *existir* (p. ex. tinha muitos buracos nesta rua)¹⁸. Se a repórter usa o verbo “*ter*” em tal caso, é porque esse uso já é parte da norma dos falantes mais escolarizados. Ou seja, é um uso abonado na norma de prestígio, em que pese a insistência com que ainda é censurado. O uso do verbo “*ter*”, no sentido de “*existir*”, é normal no português brasileiro e figura na fala de muitas pessoas bem educadas de nosso país. Não há razões para condená-lo. A língua varia e muda; segue sua deriva. É claro que os usos linguísticos sofrem pressões que vão na direção da inovação, que tende à mudança, e da conservação, que tende a refrear a mudança. Lembramos, novamente, que a língua é palco de conflitos.

A mesma pessoa que condena uma forma como “Eu preocupo com você” ou uma forma como “Nós se vemos amanhã” usará, normalmente, “Custei a acreditar que isso era verdade” ou “O ônibus que eu entrei estava lotado”. São justamente as formas usadas por indivíduos que não pertencem à sua classe social, que não gozam dos privilégios dessa classe, que ela condena. São formas que ela não usa; no entanto, usa também formas que, se estivesse realmente preocupada em basear seu comportamento linguístico pelo padrão prescrito pela gramática (um padrão ideal, como dissemos), deveria evitar. Em “custei a acreditar...”, reza a tradição que o verbo “*custar*” tem de ser construído com sujeito “*oracional*” e que deve preservar seu sentido original de ‘*ser dificultoso*’ (cf. *Custa-me acreditar...*). Em

“custa-me acreditar”, o sujeito é a oração de infinitivo “acreditar” e o “me” é o objeto indireto (a mim, a alguém). Já em “custei a acreditar”, uso corrente, embora ainda mal avaliado por vários indivíduos das classes dominantes (e, certamente, por professores e profissionais da linguagem mais resistentes à mudança da língua), o verbo “custar” tem a acepção de “demorar para”, “levar tempo”. Sintaticamente, ele rege a preposição “a” e se acompanha, portanto, de um objeto indireto. Já em “O ônibus que eu entrei estava lotado”, temos uma forma chamada de “cortadora”, já que, com a supressão da preposição “em” regida por “entrar”, a função sintática correspondente a “o ônibus” na oração introduzida por “que” não é atualizada (O ônibus estava lotado / Eu entrei (que)). Analogamente, é possível ocorrer “O ônibus que eu entrei nele estava lotado”, caso em que figura o constituinte “nele”, introduzido para retomar a forma “ônibus” na função de adverbial locativo. O “que” é destituído de sua função como pronome relativo e passa a funcionar como conectivo apenas. A função anafórica é desempenhada pelo constituinte “nele” que “copia” o sujeito “o ônibus” da oração principal, inscrevendo-o formalmente na função adverbial na oração introduzida por “que”.

Vejam-se outros exemplos análogos:

(1) O carro que eu andei nele era um fusca.

O menino que eu falei era irmão de minha amiga

(2) O homem que o filho dele falou comigo conhece meu pai.

2.4. O paradoxo da identidade

No momento em que já não é mais razoavelmente sustentável um ensino de língua que não se oriente pela concepção de linguagem como *prática social*, o professor não poderá renunciar a todas as implicações sociopolíticas que uma concepção tal carrega. O reconhecimento de que a língua/linguagem é uma prática social tem sérios desdobramentos não só teórico-metodológicos (por exemplo, sendo prática social, o que fazemos, ao usar uma língua, é produzir atos de fala, é agir sobre os outros e em conjunto com os outros; é negociar constantemente significados, é participar de práticas discursivas como sujeitos situados historicamente, etc.), mas também

– sobretudo – político-pedagógicos (por exemplo, visto que a língua é uma prática social, seu ensino visa à promoção da mobilidade social de seus usuários, visa à instrumentalização deles para que tomem parte como agentes nos processos sociais, para que se beneficiem dos privilégios da cultura letrada, para que participem conscientemente e com autonomia das esferas de poder, etc.).

Nesta seção, ocupar-nos-emos com a consideração de uma questão que encontra registro na concepção de língua como *prática social* e que não pode ser ignorada pelo professor que pretenda assumir a atividade de linguista. Trata-se da questão da constituição da identidade que, na (pós-)modernidade, suscita problemas tanto no plano teórico quanto no plano da prática histórica, isto é, do viver em comunidade. Uma característica fundamental da (pós-) modernidade é o fato de ela ser “inerentemente globalizante” (GIDDENS, 1991, p.69). O fenômeno de globalização, profundamente enraizado na (pós-)modernidade, ao mesmo tempo em que intensifica as relações sociais em escala mundial, conectando e integrando comunidades em novas combinações de espaço-tempo, acarreta efeitos significativos às identidades culturais¹⁹. Para os nossos propósitos, é suficiente assinalar que o sujeito (pós-)moderno se caracteriza por assumir diferentes identidades, em diferentes momentos. Suas identidades carecem de um eixo unificador; elas são flutuantes e contraditórias, de modo que “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos e uma confortadora “narrativa do eu””. (Hall, 2006, p.13). A tarefa que nos propomos é elucidar a dimensão simbólica da identidade, é demonstrar em que medida a questão da constituição da identidade se impõe como uma questão que não pode ser negligenciada pelo professor de português que atue na condição de linguista.

A constituição da identidade supõe, necessariamente, o princípio da alteridade; dito de outro modo, a identidade se constitui na relação necessária com a diferença. Precisamos da relação com o outro para constituir e afirmar o “eu” que somos. Tanto a identidade quanto a diferença são uma *relação social*.

No processo de constituição da identidade, que só é possível na relação necessária com o outro, Charaudeau (2009), identifica dois acontecimentos, dos quais o da *rejeição* nos importará para fins de

discussão²⁰. Segundo Charaudeau, a rejeição se dá “porque a diferença percebida, mesmo sendo necessária, não deixa de ser, para o sujeito, uma ameaça”. (p.1)²¹. Sucede que, aos olhos do sujeito, essa diferença suscita-lhe um sinal de superioridade, de perfeição. Quando da relação com o outro, o sujeito passa a questionar o seu próprio lugar no horizonte hierárquico que se abre por ocasião da relação. Disso se segue o fato de a percepção da diferença se acompanhar de um julgamento negativo que lança suspeitas sobre a legitimidade da própria diferença. O que está em jogo é a própria sobrevivência do sujeito; a ele se lhe afigura intolerável o ter de aceitar outros valores, outras normas e hábitos diferentes e mesmo melhores que os seus. A rigor, a existência de tais normas, valores e hábitos supostamente superiores é já razão suficiente para a formulação de julgamentos negativos pelos quais se expressam as atitudes de rejeição por parte do sujeito do lugar da alteridade.

No momento em que o outro é percebido como uma ameaça pelo sujeito é que se pode ver claramente o paradoxo sobre o qual se esteia a identidade. No que toca a esse paradoxo, Charaudeau, esclarece o seguinte:

Cada um precisa do outro em sua diferença para tomar consciência de sua existência, mas ao mesmo tempo desconfia deste outro e sente necessidade ou de rejeitá-lo, ou de torná-lo semelhante para eliminar a diferença. O risco está no fato de que, ao rejeitar o outro, o eu não disponha mais da diferença a partir da qual se definir; ou, ao torná-lo semelhante, perca um pouco de sua consciência identitária, visto que esta só se concebe na diferenciação (...). (CHARAUDEAU, 2009, p.2).

Do referido passo, segue-se, em primeiro lugar, que a constituição da identidade do “eu” é dependente da relação com o “outro” que faz emergir, nesse espaço necessariamente dialógico, a instância da diferença; segue-se daí também, em segundo lugar, que a emergência dessa instância da diferença, sempre relacional, faz surgir no bojo mesmo dessa relação, o paradoxo que se expressa no conflito entre o interesse do sujeito ou de rejeitar o outro, ou de assimilá-lo (em qualquer dos casos, com a intenção de suprimir a diferença), e a

consequência que tal supressão acarretaria, a saber, a fratura da própria identidade do sujeito, cuja constituição é inconcebível sem a relação com a diferença.

No parágrafo precedente, referimo-nos ao fato de a relação em que se funda a construção da identidade ser uma relação, essencialmente, dialógica. Assim caracterizada essa relação, esperamos, doravante, que fique claro o papel desempenhado pela língua na constituição da identidade. É pela palavra que o eu se constitui constituindo o eu do outro e que por esse eu-outro é constituído. Por sua propriedade de *interiorização*, a palavra é o único meio de contato entre a consciência do sujeito, constituída de palavras, e o mundo exterior, também construído por palavras. É pelo uso da palavra (da língua), no seio de relações sociais historicamente determinadas, que os sujeitos constroem reciprocamente sua identidade.

Ao longo do exame dos traços de identidade, Charaudeau vai distinguir entre duas espécies de identidade, as quais, a despeito da distinção, são indissociáveis uma da outra. A primeira espécie é a *identidade social*, cuja característica básica é a necessidade que tem ela de ser reconhecida pelos outros. É a identidade social que legitima para o sujeito o direito a fazer uso da palavra. A legitimidade não se circunscreve ao domínio político. Legitimidade designa, de um modo geral, “o estado ou a qualidade de quem é autorizado a agir da maneira pela qual age”. (p.3). O processo de legitimação de alguém se dá pelo reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, com base num valor reconhecido e aceito por todos. Nas palavras de Charaudeau, “a legitimidade depende de normas institucionais que regem cada domínio da prática social e que atribuem funções, lugares e papéis aos que são investidos através de normas” (ib.id).

A identidade social é, a rigor, uma identidade psicossocial, porquanto é constituída de traços psicológicos. Ela é um “pré-construído”²², pois sua constituição envolve um saber reconhecido por todos, um saber-fazer que se apreende na performance do indivíduo, a posição de poder reconhecida, quer por filiação, quer por atribuição, ou ainda a posição de testemunha por ter vivido um acontecimento. Importa enfatizar que a identidade social é, em parte, determinada pela situação de comunicação, porquanto ela deve satisfazer a condição de um sujeito falante que se reconhece na obrigação de responder à questão: “estou aqui para dizer o quê?” (Charaudeau, 2009, p. 4). Essa

questão é ela mesma ensejada pelo status e pelo papel determinado ao sujeito pela situação em que ele se encontra.

Sem perder de vista o alcance da identidade social, considere-se agora a segunda espécie de identidade, designada por Charaudeau *identidade discursiva*. Essa forma de identidade é construída pelo sujeito falante no espaço dialógico instaurado pela palavra com vistas a responder à questão: “como devo falar na presença do outro aqui e agora?”. Sem pretendermos descer a pormenores sobre as estratégias implicadas na constituição dessa espécie de identidade, cumpre-nos tão-só notar que ela se constrói com base nas formas pelas quais tomamos a palavra, na organização enunciativa do discurso e na construção e mobilização de imaginários sócio-discursivos. Não menos importante é fazer ver que a identidade discursiva está sempre “em construção”, ou “se construindo”. Ela resulta ao mesmo tempo das escolhas operadas pelo sujeito falante por ocasião da interação verbal e de aspectos constitutivos da identidade social.

A identidade social e a identidade discursiva se influenciam reciprocamente, de sorte que a identidade discursiva pode aderir à identidade social, resultando daí uma identidade “essencializada” (eu sou o que eu digo/ ele é o que ele diz), ou bem pode se diferenciar da identidade social, resultando dessa diferenciação uma identidade dupla, em que o “ser” e o “dizer” não se identificam (“eu não sou o que eu digo/ ele não é o que ele diz).

É a situação de interação verbal que determina, de modo prévio, a identidade social dos interlocutores. Essa determinação se dá em função do contrato tácito que preside à troca verbal. Trata-se do *contrato de comunicação* que pressupõe que os sujeitos que tomam parte nas práticas sociais sejam capazes de chegar a um acordo sobre as representações linguísticas dessas práticas sociais (CHARAUDEAU, 2010). A noção de contrato implica a dimensão intersubjetiva, a qual põe em contato dois sujeitos interessados em se fazer entender mutuamente; a existência de convenções e normas que regulamentam as trocas verbais; a existência de saberes compartilhados pelos sujeitos, graças aos quais eles podem alcançar a intercompreensão, bem como as circunstâncias da situação como um todo, por exemplo, o tempo e o lugar.

Por fim, não devemos perder de vista o fato de que a identidade social não esgota a totalidade da significação do discurso, pois que a medida de influência dessa identidade não é total e previamente dada; isso significa dizer que sua influência, em parte, só se mede na constituição do próprio discurso. Todavia, é certo que o discurso não se esgota na linguagem; ele é um acontecimento sócio-histórico e, por isso, sua significação depende também da identidade social dos falantes. A significação do discurso não se resolve no texto que o materializa; ela remete a uma memória discursiva, supõe a inscrição da língua na História (o repetível, a memória discursiva).

A identidade social precisa ser reforçada, reiterada, recriada, ou mesmo ocultada pelo comportamento linguístico do falante; assim também a identidade discursiva não se constrói sem apoiar-se na identidade social.

2.4.1. As dimensões social e simbólica da identidade e da diferença

Consoante Woodward (2009), os processos social e simbólico, conquanto, por natureza, distintos, são necessários à construção e à manutenção das identidades. Pelo processo simbólico, as práticas e as relações sociais ganham sentido. É nesse processo que se fixa o ‘lugar’ dos excluídos e dos incluídos. É no processo social, caracterizado pela diferenciação, que aquelas classificações são vividas nas relações sociais.

A identidade e a diferença são produtos de atos linguísticos. Portanto, elas são ativamente produzidas nas práticas linguísticas. Como sejam instâncias do mundo cultural e social, somos nós que as fabricamos nas diversas relações culturais e sociais de que participamos.

Silva (2009), por seu turno, nota que a afirmação da identidade e a marcação da diferença envolvem sempre procedimentos de inclusão e exclusão. Quando dizemos “o que somos”, demarcamos também “o que não somos”. Ao enunciar o que somos, instauramos uma esfera relacional por exclusão de outra esfera em que situamos “o que não somos”, ou seja, espaço onde se instala o outro. Essa dinâmica de exclusão pela qual a identidade se vai construindo e afirmando é facilmente apreensível no uso da língua, em circunstâncias em que censuramos o modo de falar do outro. Se um falante A, pertencente a uma classe socioeconômica mais favorecida, dotado de um grau de

escolarização maior, ridiculariza a fala de um falante B, pertencente a uma classe social menos favorecida e dotado de um grau de escolarização menor, o que faz A é justamente afirmar o que é pelo não pertencimento à classe social de B. A afirmação do não pertencimento à classe social de B se acompanha de julgamentos negativos sobre ela, sobre o modo de falar de B; em suma, sobre quem é B. É a diferença que não é tolerada – diferença sócio-econômica, cultural e linguística. O falante A afirma sua identidade demarcando uma fronteira entre o seu mundo sócio-cultural, os grupos sociais a que pertencem, e o mundo sócio-cultural de B, os grupos a que este pertence. Acompanhem as palavras de Silva, referidas a seguir:

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. (SILVA, 2009, p.82).

No esforço por argumentar em favor da necessidade de o professor de português assumir a identidade de um linguista no tratamento das questões que advêm do trato diário com a língua em sala de aula – trato que se realiza em conjunto com outros (os alunos), numa dinâmica em que identidade e diferença estão constantemente sendo afirmadas, recriadas e negociadas, nas trocas verbais entre professor e alunos (e dos alunos entre si), estamos interessados, sobretudo, em tornar patente que é indispensável o reconhecimento pelo professor de que o modelo tradicional de ensino de português, orientado pela prescrição de uma variedade de prestígio em substituição às variedades familiares e dominadas pelos aprendizes torna intransponível o abismo entre “nós” (os que dominam a variedade de prestígio, os que, por isso, têm acesso à cultura letrada) e “eles” (os que não a dominam, ou não chegarão a dominar, estando, por isso, excluídos da cultura letrada). Como vimos, essa separação se deixa notar viva e acentuadamente numa sociedade fortemente estratificada e hierarquizada como a sociedade brasileira. Na demarcação de fronteiras sócio-culturais, políticas e econômicas, na separação e na

distinção de grupos sociais, produzem-se e reproduzem-se relações de poder. Como bem nota Silva (2009, p.82) “nós e eles não são, neste caso, simples distinções gramaticais”. Na verdade, tais pronomes são “evidentes indicadores de posições de sujeito fortemente marcadas por relações de poder” (ib.id.).

Não há, portanto, vida social sem processo de classificação. A própria dinâmica do viver em sociedade é entretecida e dependente de classificações que servem à divisão do mundo social entre “nós” e “eles”. A identidade e a diferença estão intimamente ligadas às formas mediante as quais os grupos sociais produzem e se utilizam de classificações. Toda divisão da sociedade em classes é uma forma de hierarquização. O grupo social que detém o privilégio de classificar outros grupos goza também do privilégio e do poder de atribuir diferentes valores a esses grupos classificados.

É no uso da língua que se pode apreender o grau de estratificação social, pois as variedades linguísticas são indicadores do grau de inserção social dos seus usuários. Quanto maior é a incidência da estigmatização sobre as variedades linguísticas, mais marcada se revela a estratificação social. No Brasil, há uma estreita relação entre grau de escolarização e nível socioeconômico. Esses dois fatores são bastante influentes na variação linguística. Os que são socioeconomicamente mais privilegiados tendem a exibir um grau de escolarização maior e, conseqüentemente, usam as variedades linguísticas de prestígio. Por outro lado, os que são socioeconomicamente menos favorecidos tendem a ter um baixo nível de escolarização e a usar variedades linguísticas que, por isso mesmo, são desprestigiadas.

A língua é lugar e meio de conflito, porque a sociedade em que vivem os seus falantes também é conflituosa. Embora o linguista diga que NÓS VAI e NÓS VAMOS são variantes, isto é, “duas formas de dizer a mesma coisa”, o uso de cada uma delas comunica coisas que não são as “mesmas” para quem ouve a construção gramatical A e a construção gramatical B – comunica a origem social de quem fala A ou B, seu status socioeconômico, seu prestígio ou desprestígio na hierarquia da comunidade, sua inserção maior ou menor na cultura letrada, sempre mais valorizada que a cultura oral... Por isso, o discurso

do linguista não pode dispensar o discurso do sociólogo, do antropólogo, do filósofo, do psicólogo, do pedagogo para dar conta do que realmente acontece quando a gente abre a boca para falar ou quando se põe a escrever... (BAGNO, 2007, p.83).

Conclusão

Partindo do pressuposto segundo o qual o linguista não pode esquivar-se de ser um agente sócio-político, cujas contribuições teórico-metodológicas na abordagem dos fenômenos linguísticos devem ser orientadas para a promoção de uma pedagogia linguística que questione os mecanismos ideológicos que estão na base dos processos sociais de discriminação e exclusão dos sujeitos falantes das variedades linguísticas desprestigiadas, advogamos a necessidade de todo professor de português atuar como um linguista, caso esteja interessado em ser o principal agente de tal pedagogia. Na condição de linguista, o professor de português deverá ser um pesquisador da linguagem, particularmente um sujeito social interessado na descrição dos usos da língua portuguesa; em suma, um sujeito interessado na apropriação do saber produzido pela ciência linguística, com vistas a se tornar suficientemente instrumentalizado para a compreensão dos modos como a língua é usada como um instrumento de poder a serviço da dominação de certos grupos, socioeconomicamente privilegiados, sobre outros, socioeconomicamente desprestigiados.

Neste estudo, esforçamo-nos por chamar a atenção para o fato de que, quando nos debruçamos sobre o estudo da língua segundo pressupostos e metodologias científicas e quando nos dedicamos a ensiná-la segundo os resultados auferidos pela pesquisa científica, devemos, forçosamente, levar em conta questões que extrapolam o seu nível gramatical (seu sistema de regras e unidades) e que encontram abrigo na dimensão sócio-cultural de seu uso. Um ensino de português que tenha como escopo o *uso da língua* deve contemplar questões que se situam nesse ‘lugar-entre’ em que se situam as complexas relações entre língua e sociedade, língua e cultura.

Referências bibliográficas

BAGNO, M. (2003). *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial.

_____. et. al. (2002). “A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística”. In: *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, p.13-82.

_____. (2004). *Português ou Brasileiro: um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial.

_____. (2007). *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.

_____. (2010). *Dramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2011). *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

CHARAUDEAU, P. (2009). “Identidade social e Identidade discursiva: o fundamento da competência comunicacional”. In: PIETRLUONGO, M. (Org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p.309-326. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em: 10 de abril de 2012.

_____. (2010). *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto.

_____.; MAINGUENEAU, D. (2006). *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto.

DIJK, T.A.V. (2008). *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto.

EAGLETON, T. (1997). *Ideologia*. São Paulo: Editora Boitempo.

FAIRCLOUGH, N. (2001). *Discurso e Mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

FARACO, C. A. (2008). *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial.

FRANCHI, C. (2006). *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola Editorial.

GNERRE, M. (1998). *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes.

GUEDES, P. C. (2006). *A formação do professor de português: que língua vamos ensinar*. São Paulo: Parábola Editorial.

_____. (2009). *Da Redação à produção textual: o ensino de escrita*. São Paulo: Parábola Editorial.

- GUIDDENS, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- HALL, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- MARTIN, R. (2003). *Para entender a Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.
- MARX, K.; ENGELS, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- NETO, B. J. (2004). *Ensaio de filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola.
- NEVES, M. H. M. (2001). *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto.
- _____. (2003). *Que gramática estudar na escola: norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto.
- _____. (2004). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- RODRIGUES, B. A.; CECÍLIO, L. A. (2013). “A formação do professor de português: desafios para a prática”. In: *Linguagem, Educação e memória*. Disponível em: (<http://www.giacon.pro.br/1em/EDICOES/05/Arquivo/rodriguescecilio.pdf>.) Editora responsável: Prof. Dra. Eliane Maria de Oliveira Giacon. Número 5, Mato Grosso do Sul, Outubro de 2013, p.1-10. Acesso em: 24 de Julho de 2015.
- SCOTT, J. (org.). (2010). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SILVA, T. T. (2009). “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, T.T. (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.73-102.
- THOMPSON, J. B. (2000). *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- WOODWARD, K. (2009). “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.7-72.

Palavras-chave: Linguista; Variação Linguística; Identidade; Alteridade.

Keywords: Linguist; Linguistic Variation; Identity; otherness.

Notas

* Doutor em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Especialista em Português como Segunda Língua para Estrangeiros (PL2E) por essa mesma instituição. Atualmente, graduando em Filosofia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: brunolettras@bol.com.br

¹ Referimo-nos, evidentemente, ao grande número de publicações que, afinadas com os pressupostos da Linguística Aplicada, se destinam a repensar o ensino de língua portuguesa nas escolas. Vejam-se, por exemplo, Neves (2001; 2003); Bagno (2002; 2003; 2004; 2007; 2011); Faraco (2008); Guedes (2006; 2009).

² Diferença aqui não é só linguística, mas recobre a emergência da alteridade nas relações estabelecidas pelo sujeito no mundo social (Silva, 2009).

³ Nesse estudo, vamo-nos debruçar sobre dois tipos de identidade, tematizados por Charaudeau (2009), a saber, identidade social e identidade discursiva.

⁴ Combater toda forma de preconceito é uma prática que, especialmente na sociedade brasileira, deve continuar a ter um lugar de destaque na ordem do dia. Por isso, a insistência no combate ao preconceito linguístico torna este nosso trabalho concernente à temática a cujo tratamento se deve a sua elaboração.

⁵ Nesse tocante, é oportuno lembrar que a transformação da identidade do professor envolve também uma mudança radical em seu *ethos* (imagem de si) que, à semelhança da identidade, se constitui nas práticas discursivas. A questão da constituição do *ethos* do professor de português, embora possa ser entrevista ao longo de nossa discussão, não estará sob seu foco.

⁶ Para a compreensão da transformação que se dá, nessa época, nas práticas de ensino de língua portuguesa, ver Rodrigues (2013). Disponível em: <http://www.giacon.pro.br/lem/EDICOES/05/Arquivos/rodriguescecilio.pdf>.

⁷ Para a sistematização da proposta, ver Bagno (2004).

⁸ Assumiremos o conceito marxista de ideologia e a definiremos como um conjunto de crenças, valores e atitudes culturais que servem para legitimar o *status quo*. Descreveremos a pormenores sobre o conceito numa seção mais adiante.

⁹ Embora seja esta uma situação desejável, sabemos que sua realização, para uma grande maioria, é extremamente dificultada pelas próprias condições em que se dá o exercício do magistério em nosso país. Para um esclarecimento das dificuldades enfrentadas pelos professores em sala de aula, ver Neves (2001).

¹⁰ As representações coletivas compreendem *as crenças, as ideias, os valores, os símbolos, os pontos de vista* que estruturam modos de pensamento e de sentimento que são gerais e estáveis numa sociedade ou grupo social. As representações coletivas são compartilhadas pelos indivíduos em coletividades e servem para nortear suas práticas e organizar suas vidas. Elas são elementos constitutivos da cultura (SCOTT, John (org.) *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010).

¹¹ Após quase um século da publicação do *Curso de Linguística Geral* (1916), de Ferdinand de Saussure, a Linguística não pode ser definida simplesmente como ‘a ciência que estuda a língua’, sem que quem o faça se sinta instado a prestar esclarecimentos sobre os pressupostos teórico-metodológicos com os quais está comprometido. A *langue* de Saussure – o sistema abstrato de signos – já não encontra

terreno fecundo, pelo menos desde a virada funcionalista, ocorrida a partir de 1970, quando ainda predominavam os estudos de orientação formalista. A partir daí, a Linguística viu-se cindida por dois modelos concorrentes e incomensuráveis entre si – o formalismo e o funcionalismo, cujas origens remontam a estudos desenvolvidos no final do século XIX, assumindo sua forma programática com os estudiosos da Escola Linguística de Praga, cujas Teses viriam a ser publicadas a partir de 1929. Desde então, a concepção do que é a língua mudou e o discurso, com toda uma série de questões que esse âmbito passaria a suscitar, atraiu o interesse dos pesquisadores. A Linguística é, hoje, uma ciência pluridisciplinar, estando em constante diálogo com disciplinas tais, como a Sociologia (sociolinguística), a Psicologia (psicolinguística), as Ciências Cognitivas (Linguística Cognitiva), a História, a Psicanálise (as Análises do Discurso), a Antropologia e a Filosofia. A interdisciplinaridade que atravessa o campo da Linguística é, em última instância, uma consequência da natureza do próprio objeto de estudo dessa ciência - a *língua*, que se revelou aos estudiosos como uma realidade heterogênea e heteróclita. Língua é, fundamentalmente, uma *prática social, uma atividade intersubjetiva, uma realidade sócio-histórica*. A língua só existe no uso, nas práticas linguageiras de que participam sujeitos históricos.

¹² Para uma compreensão do trabalho do linguista, ver Martin (2003).

¹³ A distinção entre o *objeto observacional* e o *objeto teórico* só pode ser compreendida se considerarmos que toda observação é já condicionada por pressupostos teóricos. Assim, tal distinção é dependente do nível de abstração feita pela teoria sobre a realidade fenomênica. O objeto observacional de uma teoria é a “região” da realidade, que é delimitada e privilegiada pela teoria. Nesse momento, se determinam os fenômenos a serem observados por ela. Por sua vez, o objeto teórico é uma construção resultante da determinação de entidades básicas, do objetivo geral do estudo e do nível de adequação pretendido. Assim, delimitado o objeto teórico, o cientista só poderá ver aquilo que a teoria lhe permitir ver (Neto, 2004).

¹⁴ Salvo em condições em que se verifica alguma patologia que dificulte a aquisição normal da linguagem, toda criança, quando exposta a uma dada língua, é capaz de adquiri-la e fazer uso dela graças a uma faculdade natural que toma a forma de uma *gramática universal* (GU), a qual, por sua vez, constitui um conjunto de princípios, que são regras invariáveis e comuns a todas as línguas, e parâmetros, que são regras variáveis segundo as diferentes línguas. Cabe a criança escolher, a partir de um *input*, o valor que um determinado parâmetro deve tomar na língua a que ela está sendo exposta. O resultado desse processo será a constituição de uma *gramática internalizada*, a qual constitui um conjunto de regras que, dominadas pelo falante, permitem-lhe fazer uso normal de sua língua. É essa gramática internalizada que configurará sua competência linguística, a saber, a capacidade que tem o falante de produzir e compreender sentenças em sua língua materna.

¹⁵ O leitor pode encontrar uma apresentação dessas outras formas de competência em Neves (2004).

¹⁶ Como observamos, *ideologia* constitui um fenômeno que mereceu diversas abordagens, segundo quadros teóricos diversos ao longo do tempo. Por isso, não pretendemos assumir que a perspectiva marxista seja a que esgota a compreensão do fenômeno. Essa perspectiva foi submetida à crítica pelos próprios seguidores da

doutrina de Marx. É notável o fato de Marx não ter dado margem a um potencial transformador da ideologia, característica essa que Fairclough e Bakhtin acentuarão. Um dos méritos de Bakhtin, no tocante à questão da ideologia, foi ter insistido que não há ideologia fora da linguagem. Ele mostrou que tudo que é ideológico é signo, que o discurso é o lugar próprio onde se constitui a ideologia. Para o filósofo e linguista russo, a linguagem é sempre uma realidade social. Nela, o sujeito se constitui na relação com o outro. Fora da linguagem, não há sujeitos. Para uma discussão exaustiva do conceito de ideologia, recomendamos EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

¹⁷ O discurso tanto pode revelar quanto mascarar a luta de grupos com interesses antagônicos. Isso se deve ao caráter ideológico de todo signo linguístico. No discurso, as relações de conflito podem ser apagadas, produzindo-se, assim, um efeito de consentimento. O consentimento é feito de um cuidadoso trabalho discursivo. Segundo Bakhtin, todo signo (palavra) é signo ideológico. Como signo ideológico, a palavra reúne as entonações dos diálogos vivos aos valores sociais, incorporando em seu cerne as modificações ocorridas na infra-estrutura (base econômica, material de uma sociedade), mas também, ao mesmo tempo, pressionando uma mudança nas estruturas sociais. Os sujeitos inscrevem nas palavras, nos acentos apreciativos, nas entonações, na escala de valores, nos comportamentos ético-sociais, as mudanças sociais. As palavras funcionam, assim, como agente e memória social, visto que uma mesma palavra figura em contextos diferentes e variados. Toda palavra é entrecidada de inúmeros fios ideológicos, contraditórios entre si, uma vez que se construíram e freqüentaram todos os campos de relações e conflitos sociais (BAKHTIN, Mikhael & V. N. Volochínov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006).

¹⁸ Tivemos a oportunidade de verificar tal emprego na fala de repórteres do RJ TV, programa jornalístico exibido pela Rede Globo de Televisão. Trata-se de um uso já incorporado ao vernáculo brasileiro (ver. Bagno, 2007).

¹⁹ Para a compreensão desses efeitos, consulte-se Hall, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

²⁰ O outro acontecimento é o da *atração*.

²¹ Seguimos a numeração de página da versão on-line, que se acha em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>

²² O termo supõe uma oposição entre algo anteriormente estabelecido com o que está sendo construído por ocasião do discurso (CHARAudeau & MAINGUENEAU, 2006).